

## A ESCOLA ALEXINA ROSA FIGUEIREDO E A EDUCAÇÃO PARA OS TERENA \*

ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de \*\*  
SOUSA, Neimar Machado de \*\*\*

### *Introdução*

A pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, trata do percurso da educação para os Terena, na Terra Indígena Buriti, aldeia Buriti, mediante uma análise etno-histórica da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo. O recorte cronológico do estudo parte do momento presente e se estende às últimas décadas do século XIX, época da fundação dessa escola entre os Terena de Buriti, de acordo com entrevistas preliminares. Tratava-se de uma instituição incipiente, de iniciativa dos Terena: sala coberta com sapé, parede de barro e taquara, professor Ubirajara, falante do Guarani, pago em mantimentos. A abordagem consiste em observar verticalmente a trajetória dessa instituição educativa a partir da relação entre Estado e o povo Terena. Os Terena de Buriti, apontam as primeiras observações, manifestaram um movimento de negociação política com a sociedade não-indígena por meio da instituição escola. Assim, no contato, figurariam não como “bugres”, mas conhecedores escolarizados de seus direitos. Em contrapartida, o uso da escola como ferramenta trouxe, para essa comunidade, consequências nefastas, entre elas a passagem do monolinguismo terena, via bilinguismo, para o monolinguismo português.

Era por meio oralidade que o povo Terena repassava os seus ensinamentos de geração para geração, ou seja, sua comunicação era centrada na tradição oral, que segundo Moniot (1979, p 79): “é tudo aquilo que é transmitido pela boca e pela memória. Esse pode ser um saber difuso em cada sociedade, transmitido mais ou menos amplamente pela educação e em favor das circunstâncias práticas da vida”. A oralidade se dava na língua materna da comunidade que sustentava todos os aspectos culturais, constituindo um forte fator de identidade étnica. O autor acima citado ainda diz que: “a língua materna de uma comunidade é um dos componentes mais importantes de sua cultura, constituindo o código

---

\* Pesquisa em andamento na linha 3, Diversidade Cultural e Educação Indígena, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco.

\*\* Professor do curso de graduação de licenciatura em História, Coordenador técnico do CEDOC /NEPPI/UCDB, LABHIS/UCDB e mestrando do Programa de Pós-graduação em educação na Universidade Católica Dom Bosco Campo Grande-MS.

\*\*\* Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, professor dos cursos de graduação em História e Filosofia, do Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação e coordenador do Centro de Documentação e Biblioteca Digital Indígena Teko Arandu/NEPPI/UCDB.

com que se organiza e mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações”.

Uma vez que para os povos indígenas a compreensão de história e de escrita como é entendida pela sociedade envolvente, ocorreu somente no século XX, no caso dos Terena que é semelhante aos demais povos indígenas, esse processo se deu com o estabelecimento das escolas implantadas a partir do Serviço de Proteção aos Índios/SPI, que segundo Cardoso (2004) foi um dos instrumentos utilizados pelo Estado brasileiro para integrar os índios na sociedade Nacional. Antes das instalações dessas escolas nas áreas indígenas o ensinamento da tradição Terena baseava-se na oralidade, onde os conhecimentos culturais eram passados de geração para geração entre os Terena da aldeia Buriti, como a língua materna, o artesanato, os mitos, o aprendizado do uso das ervas medicinais entre outros que eram aprendidos na prática através da observação e da comunicação oral.

Partindo da escolarização dos índios Terena como sendo um dos fatores que os levaram a perda de sua língua materna, obviamente que essa escola (do SPI) fazia parte da política indigenista que incentivava essa ação de transformar os indígenas em trabalhadores nacionais.

Os Terena pertencem ao tronco lingüístico denominado Aruak, seus grupos falantes desta língua podem ser encontrados nas Guianas, região próxima ao norte do Brasil e algumas ilhas da América Central, na região das Antilhas.

Os Terena são um subgrupo Guaná, a principal hipótese é que os Guaná vieram das Antilhas, passando pelas regiões do rio Negro e Bolívia até o Chaco paraguaio e, depois Brasil. Sua etno história demonstra que a fixação de grupos Guaná (Terena, Laiana e Kinikinaw) na região das Serras de Bodoquena e de Maracaju, atualmente Mato Grosso do Sul, ocorreu entre os séculos XVII e XVIII. A hipótese mais provável é que eles teriam vindo da região do Chaco paraguaio, cuja migração teria sido motivada pela derrota para os Guarani aliados dos espanhóis na luta por territórios naquela região (LADEIRA, 2000).

A década de 1760, a pressão crescente dos espanhóis sobre o território, somada a disputas internas por prestígio guerreiro, forçaram a migração dos Guaná Tixané para o lado oriental do rio Paraguai, essa migração se estendeu até as primeiras décadas do século XIX. Os subgrupos Guaná Tixané que se estabeleceram ao leste do Chaco, mantiveram contudo um novo território a forma tradicional de organização em metades e estratos sociais endógamos, suas roças e também a aliança com os Mabayá Guaykuru (CARODOSO DE OLIVEIRA, 1976).

A resistência Mabyá Guaykuru diante do avanço dos paulistas que se dirigiam à região de Cuiabá, manteve os Guaná Tixané distantes de maiores relações com europeus. Essa situação perdurou até a última década do século XVIII, quando em 1719 é assinado o tratado de paz entre a Coroa portuguesa e os Mabyá Guaykuru, tratado que permitiu a fixação de forças portuguesas na margem direita do Paraguai, concomitantemente se desgastava a aliança entre os Tixané e os Mabyá (AZANHA, 2000).

As negociações e alianças passavam para com os portugueses que propiciariam mais vantagens do que com Mbayá Guakuru, pois as fortificações lusitanas estabelecidas nas últimas décadas do século XVIII na banda oriental do rio Paraguai, onde se localizavam precisamente nas proximidades das aldeias Tixané.

Os relatos dos cronistas da época mostram, com clareza, que as relações entre os Guaná e os brasileiros estavam centradas na troca recíproca, era uma relação negociada flexível, mesmo que testemunhos indiquem prestação de serviço por parte dos Índios aos brasileiros, ao implicava qualquer tipo de servidão. É o reconhecimento da importância da manutenção desta relação de reciprocidade e respeito mútuo, que o Império brasileiro estava assentado na concessão de patentes de “capitão” por parte do governo provincial do Mato Grosso a vários chefes Guaná. (AZANHA, 2000).

A eclosão do conflito entre o Paraguai e Brasil, no final de 1864, viria afetar, de forma drástica, a vida em todas as aldeias Tixané Guaná, pois um dos palcos do conflito foi justamente em território destes povos e, como aliados que eram dos brasileiros, sofreram ataques por parte das tropas invasoras, com isso as aldeias existentes na região de Miranda e Aquidauana se dispersaram, com seus habitantes para regiões inacessíveis como a serra de Maracaju<sup>1</sup>. Apesar da intensa participação dos Guaná em favor das forças brasileiras, o governo imperial não reconheceu este esforço, não consignou um palmo sequer de terras para os Guaná Tixané. (AZANHA, 2000).

Com o término do conflito com o Paraguai, as terras das aldeias passam a ser disputadas por oficiais e soldados desmobilizados do exército imperial e comerciantes que lucraram com a guerra, a nova leva migratória de excomatentes em relação aos índios era fundada na prepotência e desprezo ao “bugre”.

A guerra entre o Paraguai e o Brasil representou o marco histórico da passagem da sociedade Terena tradicional para a sociedade moderna, e a dispersão das aldeias o evento social que provocou aquela passagem. O significado social e cultural desta dispersão pode ser

---

<sup>1</sup> TAUANAY, A. DE. Memórias do Visconde de Taunay. Inst. Progresso Editorial, SP, 1948.

assim resumido: os Terena antes da guerra se estruturavam em estratos sociais hierarquizados, espacialmente organizados em aldeias redondas e com população e com população numerosa, produzindo excedentes que fundamentavam uma relação de troca recíproca com uma rarefeita população neo brasileira (AZANHA, 2000).

Observa-se que com a dispersão das aldeias, provocada pela guerra, poderia ter sido um evento passageiro e sem poder suficiente para abalar e transfigurar inapelavelmente a estrutura social Terena, contudo, foi a perda das suas bases territoriais tradicionais que acarretou uma alteração drástica no modo de viver com a população regional, agora já não mais rarefeita, os Terena passaram de fornecedores de bens e produtos para suprir a mão de obra para uma sociedade regional em processo de constituição, a quebra da autonomia política dos Terena foi a quebra da autonomia econômica.

Foi em nichos precários, localizados em pequenas parcelas de seu antigo território, agora esbulhados por terceiros, que os Terena conseguiram estabelecer uma nova sociedade, construída com os fragmentos da antiga estrutura social, em um processo gradual de sedimentação social por agregação paulatina de alguns grupos domésticos de diferentes aldeias tradicionais, desceram a serra de Maracaju e outras regiões e aos poucos foram se instalando na Invernada Buriti, porém a partir da década de 1920 não fugiram deste processo geral de desterritorialização, Segundo a descrição detalhada do processo pelo diretor da IR5, Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Nicolau Horta Barbosa, em seu Memorial sobre as Terras do Córrego Burity”, datado em Campo Grande, no dia 23 de dezembro de 1927, confirma que:

Entre os latifúndios de que muitos fazendeiros se apossaram antes de qualquer cultivo systemático, ou mesmo antes de qualquer conhecimento além das conjeturas, ou simplesmente baseado nas viagens a Cavallo – figurava a fazenda as Correntes, hoje repartida entre muitíssimos condôminos. Encostada ao S.E. nas quebradas da Serra Maracajú, era natural que seu proprietário a desconhecesse pessoalmente e não a cultivasse nos recantos ermos das furnas sombreadas de mattas grossas, por onde correm o princípio os córregos que se despenham serra-abaxo, para depois irromperem nos campos de cerradão; onde de longe são reconhecíveis os seus valles profundos pela cor verde escura de suas mattas intrincadas de taquarussu. Em um desses lugares ermos, e defendidos pela natureza agrste das vizitas incommodas dos civilizados – occutlou-se por muito tempo um grupo de índios guaranys, que as vezes eram conhecidos por chavantes, outras vezes por uaxirys. Acostada ao Aquidauana, a sede da fazenda das Correntes dista mais ou menos 60 km em linha recta de local tão ermo, distancia esta que valia muitíssimo mas pelos cerradões que a enchem. Vaqueiros e roceiros e todas as Fezendas do sul do Estado, não tardou que os índios terenos viessem em varias turmas servir ao fazendeiro das Correntes; e, internando-se pouco a pouco pelo seu natural pendor de procurar a tranqüilidade nas mattas, chegaram até onde os aldeavam os seus irmãos uaxirys, a que se foram juntando em mutuo apoio. Assim, em desejando salários, serviam ao seu patrão fazendeiro; mas, tangidos pela nostalgia da vida livre e selvática, buscavam os ermos do Burity, e muitos annos se passaram assim. Sbrevidno as luctas civis, o

fazendeiro entregava suas tropas e rebanhos à fidelidade dos índios terenos, que os levavam ao ermo do Burity, onde facilmente se salvavam dos abusos próprios a taes epochas. Dahí a denominação de Invernada para o local, como o de Colônia em referencia aos índios. Esses factos v~em abonar a conducta desses terenos, muito em desacordo com a mais recente campanha de descrédito, que tão injustamente lhes têm movido os actuaes interessados nas terras que elles occupam. Fosse movido por um natural escrúpulo de consciência, fosse porque em verdade reconhecesse que o alto Burity, onde se alojavam os índios, não fazia parte da posse registrada, o certo foi que, por ocasião da demarcação das Correntes, o proprietário concordou em que aquellas terras ficassem fora do seu perímetro. A planta levantada por occasião da revisão e divisão judiciária das Correntes – repitio a exclusão, em obediência aos documentos legaes. E desse modo foi que, sem mais nenhuma contestação, sobraram as terras onde os terenos habitavam, como habitam, em ambas as margens do Burity, ora sob a demarcação de ‘Invernada’, ora e mais geralmente a de ‘Colônia’.

Além dos Terenas que já habitavam a baixada da serra de Maracaju, no alto Buriti, ali foram também reunidos as macrofamílias das aldeias Barreiro Vermelho e Potreirinho.

Os troncos familiares formadores desta aldeia eram compostos por grupos domésticos Echoaladi e Terena, oriundos do entorno de Miranda e que se refugiaram, quando da guerra do Brasil com o Paraguai, na serra de Maracaju. Durante sua permanência neste local se incorporaram a grupos de famílias Kinikinaw que ali, também, haviam se refugiado. Findo o conflito, se estabeleceram em grande aldeia no lugar chamado Barreiro Vermelho, junto ao córrego do mesmo nome, a cerca de 30 quilômetros ao sudeste do Ipegue. Ali perto, outro grupo Terena havia se fixado à margem do córrego Canastrão, em local denominado Potreirinho. (Armando Gabriel e Leonardo Reginaldo, 2005).

Essa duas aldeias são mencionadas no mapa da sesmaria chamada Correntes, o maior latifúndio da região, com 231.000,00 hectares, cujo processo de legitimação foi iniciado em 1894 e hoje se encontra arquivado no antigo TERRASUL. Nos autos de verificação de cultura efetiva e morada habitual na sesmaria correntes, o responsável faz o seguinte comentário:

Existem no Barreiro Vermelho além da morada do encarregado diversos ranchos onde habitão alguns índios com suas famílias por consentimento do demarcante – os quaes possuem algum gado vaccum e cavallar e boas roças e prestão aos encarregados do demarcante alguns serviços como jornaleiros. (apud, AZANHA, 2002, p. 26).

Após a demarcação das terras, o concessionário, Sr. Deocleciano Mascarenhas, começou a forçar os Terena a se retirarem da área, indicando as terras devolutas existentes para além da linha divisória. Assim, os índios do Barreiro Vermelho mudaram-se para as proximidades do córrego Buriti cerca de 40 quilômetros após a linha das Correntes, junto ao

córrego Cafezal. Os vindos do Potreirinho se fixaram mais ao norte junto ao córrego Barreirinho, ambos afluentes do Buriti.

Desta forma, durante o final da segunda metade do século XIX, instalaram-se as famílias indígenas Terena na região a leste da linha das Correntes. Contudo, apenas vinte anos depois aquelas terras passariam a ser requeridas por diversos particulares, a quem o estado do então Mato Grosso foi concedendo títulos provisórios de posse ou propriedade. De acordo com um fragmento do Memorial sobre as Terras do córrego Buriti, o diretor da IR5 Nicolau Horta Barbosa escreve o seguinte:

Por este tempo, já os cobiçosos haviam apparecido; tanto que, servindo-se da oportunidade em que se confirmaram as sobras da fazenda das Correntes, apressaram-se a requerer as terras occupadas e lavradas pelos índios, sem que os indefesos por natural ignorância e afastamento, pudessem reclamar immediatamente em forma legal a bem de seus direitos. Despertaram elles, porém, quando os intrusos providenciaram sobre as demarcações, precedidas alias de um período em que os índios foram perseguidos em suas roças, onde soltavão aquelles as suas criações; ameaçados em suas vidas, accusados de vícios de crimes que nunca haviam commetido, etc. ; tudo como preparativo da espoliação prestes a efetivar-se. De um lado o Sr. Agostinho Rondon ou seu preposto; de outro o Sr. Cel. Porfírio de Britto ou o seu preposto Rabello, de outro ainda o Sr. José de Souza, etc.; porfiavam em amedrontar e prejudicar aos terenos por todas as formas, qté que enfim se animaram a chegar com o demarcador, que afinçou os marcos dentro mesmo das aldeias, por entre os ranchos e roçados, em nome de um irrisorio direito conferido por um título provisório dolosamente obtido pelo governo, pois que systematicamente alegaram em seus requerimentos uma cultura que não tinham, occupação que não faziam sino por esbulho; ao mesmo que occultavam a circuntancia de exisitiram nas terras requeridas as aldeias indígenas com suas roças e mais trabalhos! (BARBOSA, Nicolau Horta. Memória Sobre as Terras do córrego Burity, 1927)

Certamente por conta disso, o Relatório dirigido pelo inspetor interino no Estado de Mato Grosso, Antonio Martins Vianna Estigarribia, ao diretor interino do SPI, José Bezerra Cavalcanti, datado de 1923, traz uma referência sobre a “Invernada do Burity”, que encabeça a parte relativa às indicações sobre terras necessárias aos índios desta Inspeção:

ÍNDIOS TERENOS: Invernada do Burity, Município de Aquidauana. São 400 indivíduos e necessitam de 3 léguas de terras pastaes com pequena proporção de lavradas. A situação dos que habitam a litigiosa, parecendo que única solução será a compra, se não prevalecerem os protestos e accordos em que a Inspeção está empenhada. O valor da légua nessa região já é de 50 contos e as despezas de medição, por légua, regulam 2:160\$000 ou seja 600 reis por hectares, por predominarem terras pastaes. (ESTIGARRIBIA, Antonio Martins Vianna. Relatório, 1923).

A interferência do Estado e do SPI está clara no relatório acima citado, pois em nenhum momento o órgão responsável pelos indígenas reivindicou a Invernada Burity para os Terena, já que estavam ali antes da concessão de títulos para os fazendeiros. O Departamento de Terras do então Mato Grosso só estava preocupado em vender as áreas aos requerentes. Outro relatório da mesma época dizia que; *“A questão de terras ahi é bem difficil de ser*

*resolvida, por estarem cedidas pelo o estado, com títulos provisórios, a outras pessoas”*  
(Relatório, 1925).

Essas terras devolutas resultão de sobras da medição da Fazenda de Correntes e são ocupadas pelos índios desde muitíssimos annos, com outras contiguas que lhes foram sendo tomadas pelos Srs. Porfírio Britto, Agostinho Rondon e mais recentemente pelo Sr, José Ananias, senhores esses que se tem limitado a pôr-lhes marcos, expulsando os índios que as cultivavam e deixando-as incultas.

Possivelmente, a consciência do órgão tutelar de que estaria consagrando a desterritorialização, caso efetivado tal requerimento, levou à reconsideração desse pedido, sendo mencionada no Relatório Anual da Inspeção do então Mato Grosso, de 1927, a solicitação feita ao governo do Estado para proceder uma reserva de terras, com área de 4.000 hectares em benefício da aldeia “Invernada do Buriti”:

No cumprimento do meu dever de Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, neste Estado, e para atender aos insistentes pedidos de alguns índios aldeados no lugar denominado Invernada do Buriti limites da Fazenda de Correntes, Município de Aquidauana, cujo aldeamento ao que informam aí existe há mais de trinta e cinco annos, em terras que afirmam, são de propriedade do Estado, peço-vos de acordo com o disposto nos artigos 90 e 95, Cap. VI da consolidação de Terras, Minas e Colonização, Decreto nº 130, de 4 de junho de 1902, vos digneis mandar reservar para os referidos índios uma área de 4.000 hectares, ou quanto for possível, cortejando-se a situação dessas terras, com o mínimo necessário para que tenham algum terreno onde possam viver e trabalhar. Afirma-se que há na faixa de terras devolutas nos limites da Fazenda Correntes que por ser habitada pelos índios Xavantes, antecessores dos atuais, deixou de ser incluída na medição procedida nessa Fazenda em 1896. (Cardoso de Oliveira, 1968, p. 93).

A exposição e os argumentos não foram contundentes o suficiente para que o governo do Estado não deixasse de reservar por meio do Decreto nº 834, de 14 de novembro de 1928 somente 2.000 hectares para a Invernada Buriti do Terena. A área então reservada foi assim descrita no artigo 1º do citado decreto:

Fica reservada no município de Campo Grande, na linha divisória com o de Aquidauana, na encosta da Serra de Maracaju e no lugar denominado Burity, um lote de terras pastas e lavradas, de 2.000 hectares, para a colônia de índios Terenos, limitando: a Leste e Sul, com terras de Porfírio de Britto e requeridas por Agostinho Rondon; ao Oeste, com terras da fazenda Correntes; ao Norte, com terras de José Ananias.

A demarcação dessa área foi provavelmente efetuada pelo SPI no ano de 1931, pois é nesse período que o fazendeiro Agostinho da Costa Rondon acabaria por legitimar as terras que havia requerido, contando para isso, inclusive, com apoio e auxílio do Chefe do Posto Indígena de Nacionalização Burity, Alexandre Honorato Rodrigues. É o próprio encarregado quem confessa ter providenciado a desocupação dos índios que permaneciam na posse das supostas terras da fazenda Recanto. Em relatório de sua autoria, dirigido ao inspetor Regional do ministério do trabalho, em Cuiabá, ao tempo que o SPI era subordinado ao

Ministério da Guerra, datado de 02 de junho de 1937, aquele servidor faz as seguintes observações:

Terras do Sr. Agostinho da C. Rondon – Tendo este Sr. apresentado documentos comprobatórios de sua propriedade ‘Recurso’ que limita com as terras do Posto, nomeei uma comissão para verificação dos limites. Concluída foi lavrada a Acta, que junto acompanha. Verificado que um grupo de índios habitam uma parte das terras desse Sr. proporcionei a desocupação das mesmas terras, dando a elles índios o prazo de 45 dias para terminação da colheita e mudança [...]. Terras. A área de terras destinada a este Posto é de 2.200 hectares, mais ou menos, não se podendo afirmar ao certo por não existir documento algum, aqui e nem no Cartório em Aquidauana, onde outrora estava afeto o S.P.I. – Rogo vosso empenho junto a autoridade superior, para conseguir esses documentos acerca de terras deste Posto, pode ser documentada, com existência de terras devolutas em seus limites.

O relatório do encarregado do PIN Buriti mereceu reação quase imediata das instancias superiores do SPI. O Boletim nº 20, de 31 de agosto de 1937, assinado pelo Chefe do SPI, Tem. Cel. Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, do Estado Maior do exército, continha as seguintes instruções: *“A terra do índio é inalienável e a sua posse está garantida pela Constituição da República em seu art. 129: Será respeitada a posse de terras do silvícolas que nellas se acham permanentemente localizados, sendo-lhes portanto vedado alienal-as”*.

Porém, não houve atitude decisiva a respeito, permanecendo os índios espoliados em suas terras à margem direita do córrego Cortado, onde existia a aldeia Invernada. Por outro lado, talvez em razão mesmo dessa impunidade, nos anos que se seguiram, a comunidade indígena seria igualmente esbulhada das terras existentes à margem esquerda do córrego Barreirinho, onde igualmente existiam a aldeia e o Cemitério. O processo de apropriação ilícita das terras indígenas pelos fazendeiros confrontantes se seguiu sem a interferência ou reivindicação do órgão responsável pelo índios, o SPI.

Os Terena do Buriti mesmo esbulhados, fragmentados das suas aldeias de origem, manteram uma estrutura organizacional, não mais uma aldeia rededonda, mas a aldeia torna-se uma unidade social aberta para qualquer Terena – inclusive de outra Reserva -, diferentemente do que se passa nas outras unidades sociais, a seguir descritas. As residências, por sua vez, se estabelecem em determinado setor, tendo por foco aglutinador as parentelas, que se constituem na unidade social de maior densidade, política e social, na sociedade Terena contemporânea.

Essa parentela é constituída por grupos domésticos, suas famílias – esposa, filhos e netos – e seus agregados eventuais – filhos adotivos, primos, ou tios – centrados e organizados pela figura de um chefe – o pai ou com a morte deste, o irmão mais velho.

As casas destes grupos de irmãos, em geral, localizam-se próximas umas das outras, e seus lotes e roças são contíguos, havendo cooperação econômica e partilha de alimentos entre as casas, constituindo, portanto, na unidade de produção real que se sobrepõe aos grupos domésticos que o compõe. O apoio mútuo, inclusive político, é a regra – o que não quer dizer que não ocorram problemas e cisões. Aparentemente, o que garante a unidade, o crescimento e o peso político da parentela é a capacidade de liderança e aglutinação do seu chefe, ou seja, sua capacidade em ampliar e manter solidário o grupo de irmãos.

A residência, por outro lado, abriga o grupo doméstico, composto no seu limite mínimo por duas gerações – pai e filhos – e, no limite máximo, por quatro – avô, pai, filhos e netos – o grupo doméstico pode ser constituído por uma família elementar, que é composta pelo casal e seus filhos solteiros, ou por uma família extensa, composta por pais, filhos, nora, filhas e genros; ou ainda por dois irmãos e suas esposas ou duas irmãs e seus maridos, caso que se tornou comum no universo Terena por falta de espaço.

### ***Educação Para os Terena na Aldeia Buriti***

No contexto educacional da aldeia Buriti a escola ali se estabeleceu já no final do século XIX, em 1887, segundo infolquer tipo dermações do professor de língua Terena Ramão Alves Pinto “o índio Ubiratan que fazia parte da Comissão do Marechal Candido Mariano Rondon, quando o marechal esteve aqui por esta região, Ubiratan ficou e criou uma escola onde os Terena do Buriti pagava ele com alimento isso foi por volta de 1887 até o SPI chegar aqui”<sup>2</sup>.

Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a implantação dos Postos Indígenas nas áreas trena o Buriti fica sob administração do Posto Indígena de Nacionalização Bananal na qual, a escola passou sob a responsabilidade deste posto, onde os professores eram do entorno, até 1927, quando o SPI cria o Posto Indígena de Nacionalização Buriti a partir daí que a professora era geralmente a esposa do funcionário do SPI, que era designado para administrá-lo e o ensino era o mesmo das escolas brasileiras, esse contexto era o mesmo para as demais aldeias Terena naquela região.

---

<sup>2</sup> Entrevista feita em 2007 com professor da língua Terena Ramão Alves Pinto, entrevista se encontra no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB.

A partir de 1954, foi convidado para dar aula o primeiro professor indígena, o então professor Armando Gabriel e depois Leonardo Reginaldo e Estevão Sol, na década de 1960 o professor Ramão Pinto Alves também foi convidado para dar aula na escola XV de Novembro, era uma sala de aula precária, pois não carteira escolar para os alunos sentarem, o giz era uma pedra de carvão que o professor escrevia no quadro as atividades para os alunos, e o chefe dos posto orientava os professores para ensinar só alfabeto e a escrever o nome, porém os professores iam além do proposto pelo chefe.

Em 1959 a escola passa a se denominar Escola Indígena Buriti. As disciplinas dada na escola eram: Aritmética, Português, Ciências Naturais, Geografia, História do Brasil e Educação Cívica, a quantidade de alunos matriculados eram 27, mas os que freqüentavam eram, 9, sendo 7 meninas e 2 meninos, segundo o relatório de 1959, a justificativa pela evasão escolar, era que os meninos estavam na limpeza da roça com seus pais, conforme o relatório escolar de 31 de dezembro de 1959:

Escola indígena buriti

Matriculados 27 frequência 9 alunas 7 alunos 2 deixando de ser maior o comparecimento dos alunos por consequência da limpeza de roças dos índios. Durante o ano foi cumprido rigorosamente o programa educacional indígena conforme determinações da s..o.a, através do seu setor educacional

A primeira parte do referido programa, que se refere a formação de uma horta, despertou grande interesse aos alunos, assim sendo foram eles orientados na preparação de vários canteiros para plantação de hortaliça, tendo alcançados grandes resultados.no próximo ano, esta parte será bem mais desenvolvida, tal o gosto demonstrado pelos alunos. Também a segunda parte do programa mereceu a minha grande atenção, tendo aos alunos conhecimentos elementares de aritmética, português, ciência naturais, geografia e história do Brasil, com bons resultados, conforme a testam as provas finas remetidas á sede da inspetoria. Terceira parte educação cívica foi dado conhecimento da bandeira nacional, ensinado o hino nacional que os alunos já cantam com mais desembaraço. Aproveitando o encerramento das aulas. Organizamos uma festinha com recitativo. Jogos e cantos dados prêmios aos alunos que mais se distinguiram durante o ano. Quarta parte pelas alunas foram feitos vários trabalhos manuais que seguem juntos com estes relatório para a exposição na sede da inspetoria e do se salientar o gosto que as alunas índias tem na execução desse trabalho, por isso já foi solicitado ao Sr. chefe da I.R.S, a remessa de maior quantidade de material necessário a confecção de trabalhos manuais, a fim de que seja esta parte mais ampliada. Também foi ensinado aulas de desenhos conforme provam os cadernos remetidos juntamente com os exames finais. Durante este anos foi iniciada a organização de uma biblioteca escolar, para este fim recebemos do Sr. chefe de inspetoria vários livros e esperamos nos seja remetidos outros mais. Junto a este relatório seguem, trabalhos manuais – cadernos de desenhos – provas finais. Posto indígena buriti 31 de dezembro de 1959. Escola indígena buriti.

A partir de 1981, a Fundação Nacional de Assistência ao Índio (FUNAI) que administrava a educação no posto, convidou o Professor Noel Patrocínio e a professora Ester Sobrinho, a assumir as aulas de 1º a 4º série multisseriada. No ano seguinte houve a

necessidade de criar mais uma sala de aula devido a quantidade de alunos, tendo como mantenedora o município de Anastácio, na qual a aldeia Buriti pertencia naquele período.

A professora Jiza Gabriel e a professora Cleuza Alcântara, foram convocadas pela secretaria municipal de educação para fazerem parte do corpo docente da escola XV de Novembro. Passaram-se 11 anos, e neste período foram convocados mais três professores, duas esposas de chefe; Ester Sobrinho, Darli Brasil, e a indígena Terezinha Pinto Alves.

A partir de 1992 Dois Irmãos do Buriti emancipa-se e a aldeia Buriti passa a pertencer o município citado. Com uma melhor infra-estrutura o município de Dois Irmãos do Buriti passa a assumir a educação nas séries iniciais ( 1ª e 2ª série ), ficando ainda a cargo da Funai 3ª e 4ª série.

Em 1997, a educação nas aldeias se municipalizam. Em 1998, a escola XV de Novembro passa a ser extensão da escola Antônio Castilho sendo que o pólo ficava na comunidade Ouro Verde<sup>3</sup>, criada através da Lei municipal nº.054/91 de 02 de janeiro de 1992.

Preocupados com situação dos alunos de 5ª a 8ª série um grupo de pais resolvem ir até o município reivindicar que estas séries sejam ministradas na própria comunidade, aproveitando a formação de alguns docentes da própria comunidade.

Atendendo a reivindicação dos pais a secretária municipal de educação Lurdes Pitton veio até a aldeia reuniu-se juntamente com a comunidade para solucionar a situação. Nessa reunião foi acertado que a extensão XV de Novembro passaria ser; Escola Pólo Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo, Lei de criação municipal nº. 175/2000 sendo uma decisão da população dessa aldeia. o nome da escola seria Joaquim Loureiro de Figueiredo por ter sido um cacique muito respeitado por todos, porém, através da votação feita na comunidade foi escolhido o nome da Alexina Rosa Figueiredo, esposa do Cacique Joaquim Loureiro de Figueiredo, Lei de criação, municipal nº 175/2000; Sendo uma decisão da população dessa aldeia.

Com essa decisão começa o funcionamento da Escola Municipal Alexina Rosa Figueiredo de 1ª a 8ª série, tendo como Diretora professora Ana Sueli Fermino, coordenador professor Arildo Alves Alcântara, professores: Gerson Pinto Alves, Noel Patrocínio, Ramão Pinto Alves, Gilmar Veron Alcântara, Jader Gabriel Campos, Zia Gabriel, Elizabete Dias, Alberto França Dias. Sendo que as professoras, Zia Gabriel e Elizabete Dias deram aulas somente um ano. Já no ano de 2001 foram convidadas para assumir as salas de aula as professoras: Cledeir Pinto Alves e Eva Fernandes Bernardo.

---

<sup>3</sup> Um distrito de Dois Irmãos do Buriti-MS

Tendo este fato um dos motivos que desencadearam a perda da língua terena, ou seja, foi com a inserção da instituição escolar na aldeia de Buriti, que o ensinamento pela tradição oral foi deixando de ser praticado, e então se iniciou o ensino da escrita e da alfabetização em português incentivando cada vez mais o uso dessa língua em detrimento do idioma materno, e foi por meio dessa instituição que a escrita começou de forma lenta e gradativa a fazer parte do cotidiano Terena. Fator que contribuiu para o decréscimo de falantes e da oralidade que se dava na língua materna, de acordo com Altenfelder, “as pressões sobre a sociedade Terena também configuram-se em políticas sistemáticas para que os indígenas deixassem de falar a língua materna”

O resultado desse ensino é presente ainda hoje entre os Terena, na aldeia Buriti, ou seja, a maioria não fala mais o seu idioma materno, os praticantes dessa língua são poucos restringindo-se aos anciãos e as crianças que estão aprendendo a falar sua língua materna por meio da disciplina que é ministrada na escola, no entanto, essa ação esbarra em várias dificuldades uma delas é que os seus próprios pais não são mais falantes da língua Terena.

Esse fato pode ser compreendido como mais uma ação do governo brasileiro para o processo de assimilação dos grupos indígenas existentes no Brasil, política comum vigente naquele período, no entanto, praticada desde os séculos passados com os demais grupos indígenas com o mesmo intuito. Assim temos um contexto que reflete a educação que foi ministrada nas escolas sob a gestão do SPI, e de uma política indigenista que tinha por meta integrar os índios a sociedade nacional e transformá-los em trabalhadores nacionais. No entanto, no final do século XX, esse cenário também mudou, ou seja, estava evidenciado pelos próprios índios que esse contexto não atendia mais as suas necessidades, e por meio de suas ações os Terena, bem como dos demais povos indígenas do Brasil, evidenciaram esse fato.

Mediante as mudanças ocorridas, algumas delas foram registradas na Constituição Federal de 1988, assistimos uma mudança no cenário brasileiro em relação à questão indígena, onde por sua vez a educação foi um dos direitos contemplados, estabelecendo que as populações indígenas têm direito a um ensino diferenciado que contemple sua língua materna e processos próprios de aprendizagem. O que se percebe portanto, é que se tem o processo inverso de quando houve o ensino da língua portuguesa, a língua terena é considerada como segunda língua na alfabetização, pois muitos pais não sabem falar.

Segundo informações do professor Gerson Alves Pinto da Escola Alexina Rosa Figueiredo<sup>4</sup>, esse fator acontece porque:

A aula de Terena na verdade é a segunda língua, pois, aqui nós não falamos a língua terena, porque a gente não sabe, só os mais velhos que sabem falar e escrever, aí nos alfabetizamos na língua portuguesa, e o professor Ramão Alves, meu pai, é o professor da língua Terena, os professores os alunos e os mais jovens daqui da aldeia Buriti não sabe falar a língua materna<sup>5</sup>.

A escola indígena diferenciada tem como objetivo despertar nas crianças a valorização de sua cultura e o fortalecimento da língua, onde a mesma é iniciada através da oralidade, devido ao som nasal dessa expressão lingüística que dificulta o seu falar e escrever. O então professor de língua Terena da Escola Indígena Alexina Rosa Figueiredo, Ramão Alves Pinto, afirma que é nas crianças que está à esperança de continuar a essa tradição, pois:

Os velhos estão morrendo e nós estamos incentivando agora as crianças a valorizar os mais velhos, agora nós estamos trabalhando assim tipo nesse bimestre que passou a trabalhar bastante com a oralidade com as crianças pequenas, falando na língua só para eles gravarem na memória, mas os pais não falam mais a língua, a criança sente dificuldade e já esquece o que falou na sala de aula (PINTO, 2007).

Essa realidade na aldeia Buriti se estende as demais aldeias Terena dessa e de outras terras indígenas. No entanto, atualmente a escola e a educação são reivindicações da grande maioria dos povos indígenas no Brasil, pois compreenderam que é através do conhecimento, ou seja, do domínio dessa ferramenta que é o saber do outro (dos brancos), mas principalmente compreender o que esse outro escreveu e pensa sobre os Terena ao longo desses anos, que lhes permitem ter argumentos para lutar em busca de seus direitos, desde uma escola com o ensino diferenciado, mas que também lhes de condições de concorrerem com os não índios nos vestibulares e em qualquer outra situação semelhante a essa é uma das preocupações dos Terena. A educação escolar é fundamental na busca do conhecimento inclusive do próprio conhecimento indígena, são esses dois fatores que lhes dão subsídios para realizarem suas reivindicações junto às autoridades brasileiras. Como é possível constatar na afirmação do professor Gerson Alves Pinto:

É preciso usar a educação indígena para ensinar e estimular os jovens a participarem mais da preservação da cultura. A escola indígena tem como papel fundamental manter viva a nossa identidade e ampliar a nossa cultura tradicional. É possível manter a cultura, mesmo com a proximidade da cidade. Nossa cultura esta aí viva. Como, hoje em dia,

---

<sup>4</sup> Alexina Rosa Figueiredo localiza –se na Aldeia Buriti. Município de Dois Irmãos do Buriti-MS, sendo uma das 9 aldeias do Posto Indígena de Nacionalização Buriti.

<sup>5</sup> PINTO, Gerson Alcantara, Entrevista concedida em 8/04/2007 na aldeia Buriti, município de Dois Irmãos do Buriti-MS, a entrevista se encontra no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande-MS.

ações importantes da aldeia estão morrendo juntamente com os idosos, os donos das tradições, a gente pensou: porque a gente não faz um registro da nossa cultura? (ALVES PINTO, 2007).

E por isso que a escrita agora é utilizada para o registro da oralidade na aldeia Buriti, seja por meio de entrevistas, de textos que foram produzidos para ser material didático e outros materiais para que as gerações futuras possam ter a oportunidade de ter acesso ao conhecimento tradicional Terena.

Portanto, percebemos tanto na escola quanto no dia-a-dia que a oralidade tem sido praticada com mais intensidade entre os Terena de Buriti, e por outro lado os mais velhos também têm sido ouvido com mais atenção e respeito, pois são eles os “guardiões” de ambos saberes, o da língua materna e dos saberes culturais, assim voltaram a ser considerados os mais sábios e com o maior conhecimento, além do que a oralidade tem sua função social, segundo Thompson “toda história depende, basicamente, de sua finalidade social. Por isso é que no passado, ela se transmitia de uma geração para outra pela tradição oral e pela crônica escrita” (1982).

Nas sociedades de tradição oral a memória é o mecanismo que consiste em repassar o conhecimento, pode-se dizer que a memória está ainda mais presente nestas sociedades, onde exerce grande funcionalidade, pois toda a história do povo permeia-se pela memória, sendo reelaborada, mas sem que perca o sentido, apenas é contada de uma forma diferente pelos seus membros, Le Goff ressalta que:

A memória coletiva se aplica de forma funcional nas sociedades sem escrita, pois um dos seus interesses através dessa memória é a identidade coletiva do grupo. A memória e a identidade exercem grande ligação, sendo a primeira elemento constituinte do sentimento de identidade, e que essa identidade é um elo com a história passada e com a memória do grupo, onde a identidade é fortalecida através da memória, sendo que esta última mantém a coesão do grupo (LE GOFF, 1982, p. 16).

A memória evoca os elementos do passado e faz com que possamos entender o tempo presente, uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos, esses antecedentes são obtidos através da memória, que traz do passado as indagações feitas no presente. Cada pessoa no momento que evoca suas lembranças está trazendo para o presente aquilo que foi selecionado, pois nossas memórias são seletivas. (LE GOFF, 1982).

### ***Considerações Finais***

Concluindo, portanto, a proposta de uma escola indígena diferenciada apresenta-se ainda como um desafio a ser vencido pela comunidade indígena de Buriti. No que tange a

Escola municipal indígena Alexina Rosa Figueiredo, constata-se que o corpo docente e discente estão conscientes da necessidade de reconstrução do seu projeto político pedagógico, trabalho este que está andamento.

Afirmam estarem conscientes avançando nesse processo de mobilização dos professores e lideranças no comprometimento com a comunidade no sentido da construção de uma escola devidamente alicerçada em pressupostos teóricos consistentes, das várias áreas do conhecimento formal e não formal oral e escrito, compreendendo apropriadamente para se construir um currículo adequado para a escola indígena. Este é o grande desafio para concretizar a educação diferenciada na Escola municipal indígena Alexina Rosa Figueiredo.

### **Referências**

ALTENFELDER SILVA, Fernando. **Mudança cultural dos Terena**. Revista do Museu Paulista, São Paulo: Nova Série, vol. 3, 1949.

ALVES, Gerson Alcantara. **Entrevista concedida à Fernando Augusto Azambuja de Almeida** em 07-04-2007, aldeia Buriti-MS

AZANHA, G. Sustentabilidade nas sociedades indígenas brasileiras. In: **Tellus** – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, ano 5, n. 8/9, ab./out, 2005. Campo Grande: UCDB, 2005.

BARBOSA, Nicolau Horta. **Memorial sobre as Terras do córrego ‘Burity’, formado do Cachoeirão, afluente do rio Aquidauana**. Documento do SPI de 23 de dezembro de 1927. Microfilme nº 224. IR6 Mato Grosso. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

BITTECOURT, Circe Maria & LADAEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.

BROSTOLIN, M. R. **O papel da educação em programas de desenvolvimento local em populações indígenas**. 2005, 385p. (Tese de Doutorado) Universidade Complutense de Madri, Espanha.

CARDOSO, Wanderlei Dias. Aldeia indígena de Limão Verde: **Escola, comunidade e desenvolvimento local**. Dissertação de Mestrado, UCDB, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e Tribalismo**: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ESTIGARRIBIA, Antonio Martins Vianna. **Relatório**. Documento do SPI de 1923. Microfilme nº 224. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 1982.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história in: LE GOFF, Laquês & NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

PINTO, Ramão Alves. **Entrevista concedida à Fernando Augusto Azambuja de Almeida** em 07/04/2007, aldeia Buriti-MS.

AZANHA, G. Sustentabilidade nas sociedades indígenas brasileiras. In: **Tellus** – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, ano 5, n. 8/9, ab./out, 2005. Campo Grande: UCDB, 2005.

BITTECOURT, Circe Maria & LADAEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.

BARBOSA, Nicolau Horta. **Memorial sobre as Terras do córrego ‘Burity’, formado do Cachoeirão, afluente do rio Aquidauana**. Documento do SPI de 23 de dezembro de 1927. Microfilme nº 224. IR6 Mato Grosso. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

MUSEU DO DO ÍNDIO. **Ofício nº 284 de 22 de outubro de 1926 documento do SPI**. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Microfilme nº 04. Campo Grande: UCDB, 2008.

MUSEU DO ÍNDIO. **Decreto nº 834 de 14 de novembro de 1928 documento do SPI**. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Microfilme nº 04. Campo Grande: UCDB, 2008.

RODRIGUES, Alexandre Honorato. **Relatório de 2 de junho de 1937**. Museu do Índio. Rio de Janeiro. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Microfilme nº 08. Campo Grande: UCDB, 2008.